



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2017 (Do Sr. Marcos Reategui)**

Requer a revisão do despacho da apensação do Projeto de Lei nº 6.487, de 2016 ao Projeto de Lei nº 1.523, de 2003.

Senhor Presidente:

Nos termos dos artigos 139, I, c/c 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero, respeitosamente, a Vossa Excelência, a revisão do despacho exarado no Projeto de Lei nº 6.487, de 2016, de minha autoria, o qual foi apensado ao Projeto de Lei nº 1.523, de 2003, haja vista tratarem de matérias distintas.

### **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei nº 6.487, de 2016, de minha autoria, dá nova redação ao art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 junho de 1992, com intuito de ampliar o rol de legitimados para a propositura da ação de improbidade administrativa.

Por sua vez, o PL nº 1.523, de 2003, de autoria do Dep. Carlos Sampaio, ao alterar a Lei nº 8.429, de 2 de julho de 1992, sugere questões de cunho estritamente procedimentais e processuais. Nesse sentido, confere à



PSD/AP